



Impacto do COVID-19 na Guiné-Bissau

Monitorização da situação da coesão social nas comunidades

Enquadramento da análise

A Voz di Paz e a sua parceira Interpeace são ONGs que trabalham para a consolidação da paz na Guiné-Bissau. Tendo em mente a coesão e paz nas comunidades, aquando do início da pandemia, as organizações começaram a monitorizar a situação nas regiões através de chamadas telefónicas com os membros dos Espaços Regionais de Diálogo (ERD – as estruturas locais da Voz di Paz). Esta monitorização teve como principal objetivo medir o impacto da pandemia na vida das pessoas e comunidades.

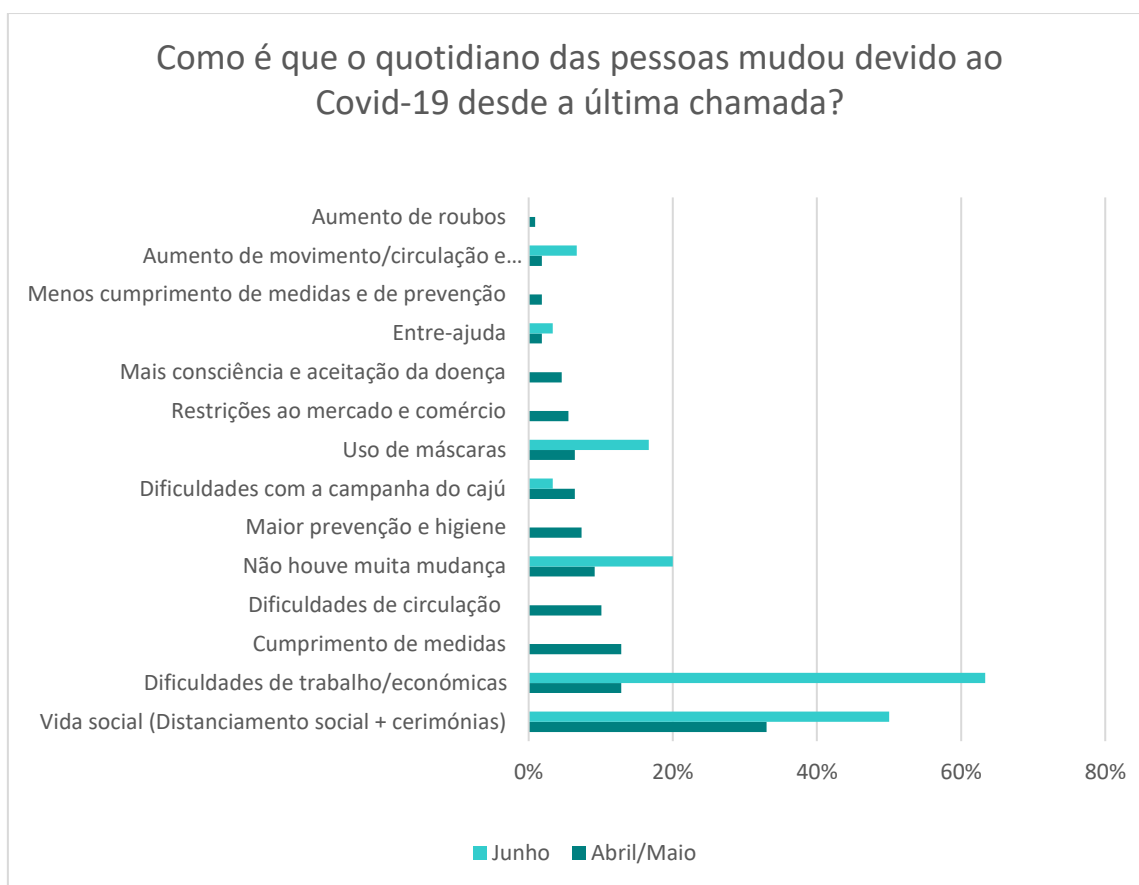
Para garantir uma abrangência geográfica adequada, foi selecionado um ponto-focal ERD por cada um dos sectores do país, e um adicional em zonas fronteiriças. No total, foram monitorizadas 43 localidades. Para garantir uma recolha e tratamento dos dados mais eficiente, foi elaborado um questionário na plataforma Kobo. A recolha dos dados foi feita através de entrevistas telefónicas durante 7 semanas, com um total de quatro rondas de chamadas, nas semanas de 20 de abril, 4 e 18 de maio e 1 de junho. Este documento de análise apresenta os resultados de todas as recolhas efetuadas, propondo uma distinção entre os resultados antes e após o aligeiramento das medidas de prevenção aplicadas pelo Estado. Durante as primeiras três recolhas, no âmbito do Estado de Emergência proclamado a 27 de março, estavam em vigor medidas como a interdição de circulação de transportes públicos, a restrição horária da circulação de pessoas e do funcionamento de mercados (manhã), a interdição de rezas e cerimónias coletivas, a limitação geográfica dos deslocamentos, entre outros. O decreto de 26 de maio, embora tenha imposto um recolher obrigatório à noite, trouxe um aligeiramento das medidas mais impactantes. Os horários de deslocação e de funcionamento dos mercados foram alargados (dia inteiro), o funcionamento dos transportes públicos foi autorizado e o uso de máscara tornou-se obrigatório. O impacto deste aligeiramento pode ser medido nos resultados da recolha final.

No geral, em termos dos casos positivos confirmados ou suspeitos, os números nas regiões, embora tenham aumentado ao longo do tempo, são baixos se comparados aos níveis nacionais, com evidente destaque para Bissau. Portanto, podemos afirmar que a doença não teve um impacto visível nas regiões. O impacto relatado pelas pessoas advém sobretudo das medidas de prevenção impostas e das suas consequências económicas, e não da doença em si. Seguem-se os resultados detalhados.

Mudança no quotidiano das pessoas

Quando questionados sobre como é que o quotidiano das pessoas tem mudado, as respostas dos pontos-focais foram variadas, mostrando o **leque alargado de impactos** que a situação da pandemia teve no dia-a-dia das pessoas. Apesar desta diversidade, muitas das mudanças estão interligadas, e houve uma que se destaca: o distanciamento social e a interdição de cerimónias coletivas, sendo por isso a **mudança nos relacionamentos sociais** o elemento mais realçado quanto ao que mudou no dia-a-dia das pessoas durante as primeiras semanas de aplicação do Estado de Emergência.

Com o aligeirar das medidas, o aspeto social continuou a ser muito afetado, contudo o elemento mais destacado desta vez foram as dificuldades de trabalho e económicas. O impacto das medidas neste âmbito foi, por isso, prolongado no tempo.

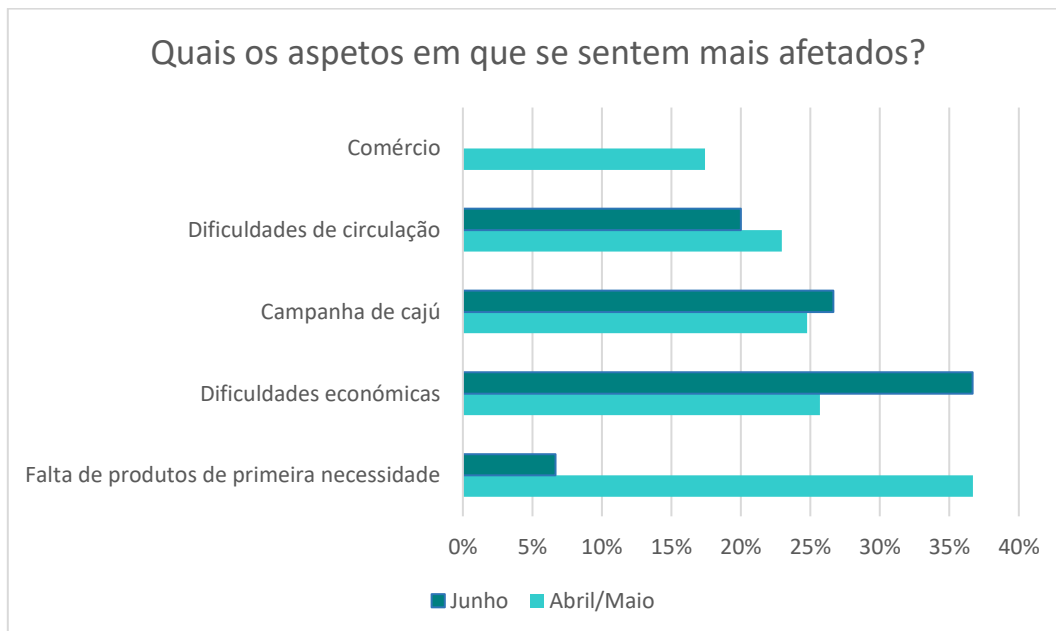


Quanto aos aspetos em que as pessoas se sentem mais afetadas negativamente, as repostas foram menos variadas. Durante as primeiras semanas de implementação do Estado de Emergência, houve uma clara identificação da **falta de produtos de primeira necessidade** como o aspeto mais crítico para a população. Esta falta de bens essenciais e os outros três aspetos mais ressaltados estão interligados: as dificuldades de circulação, e as dificuldades económicas e de comércio.

A importância crítica da falta de acesso aos produtos de primeira necessidade durante as primeiras semanas foi também realçada numa outra questão, pois foi **afirmado em 86% das comunidades que houve um impacto negativo na satisfação das necessidades**, sendo que em 47% dos casos havia muita dificuldade no acesso aos bens e serviços. Estes dados permitem verificar que as medidas de prevenção implementadas foram o elemento que mais afetou a vida das pessoas.

O aligeirar das medidas permitiu a retoma da circulação dos produtos, cuja falta deixou de ser uma preocupação crítica para a população. Nesta última fase, foi registado algum impacto negativo, mas sobretudo um impacto positivo na satisfação das necessidades.

No entanto, as dificuldades económicas foram agora o principal elemento destacado pelos entrevistados, mantendo-se também um impacto importante ligado às dificuldades de circulação e à campanha de caju. É por isso mais uma vez mostrado o impacto duradouro das medidas aplicadas.



As mudanças e impactos na vida das pessoas são diferentes consoante os diferentes **grupos sociais**. Isto foi deixado claro pelas pessoas entrevistadas.



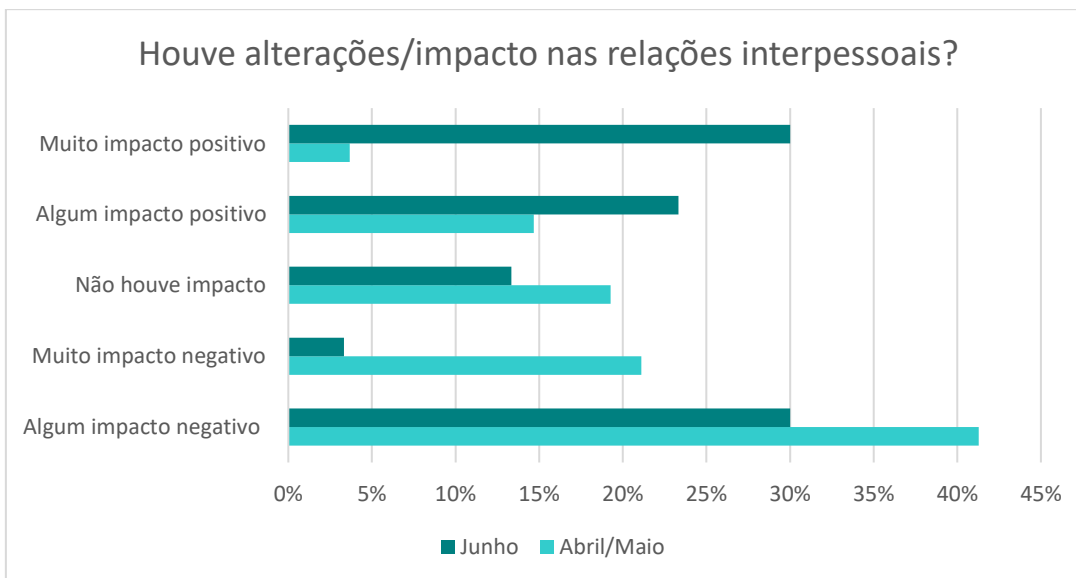
Se ao início 86% afirmaram que esta situação tem um impacto diferente sobre mulheres, homens e jovens, na última recolha esta percentagem subiu até aos 100%.

Foi claramente identificado, primeiramente por 67% e depois por 90% das pessoas entrevistadas que **as mulheres são sobretudo afetadas no setor do comércio e da economia familiar** – pois a sua maioria depende das vendas e trocas comerciais para garantir o sustento da família, e na situação atual veem por isso as suas atividades geradoras de rendimento impossibilitadas ou limitadas.

Quanto aos jovens, tanto nas semanas iniciais como nas finais, foi identificado que estes **são sobretudo afetados na sua rotina de convívio e na falta de lazer**, sendo que o desporto em grupo, as bancadas e as discotecas deixaram de ser opções. No entanto foram também realçados dois impactos negativos importantes: a interrupção do ensino (cujo impacto foi sentido mais fortemente na última recolha), e a impossibilidade de prestar serviços, ficando sem fontes de rendimento. De destacar, no entanto, que há sinais de que os jovens foram integrados em outras atividades, como o trabalho nas hortas e o apoio nas atividades de sensibilização.



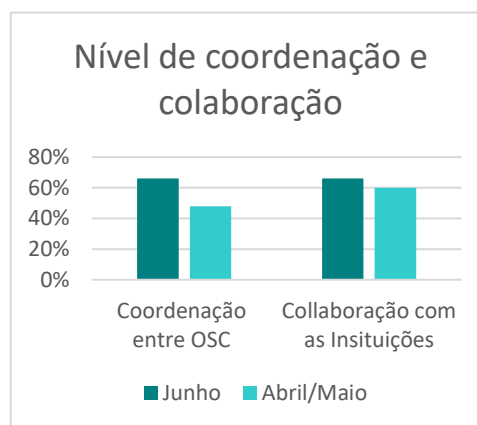
No que diz respeito ao impacto na coesão social, vemos que houve uma tendência de inversão. Durante as primeiras semanas de aplicação das medidas o impacto foi claramente negativo – explicado pela falta de contacto e de cumprimentos e as limitações às cerimónias comunitárias, por exemplo. Com o aligeiramento das medidas, e o uso obrigatório de máscaras, o sentimento de proximidade social das pessoas parece ter aumentado, registando-se por isso um impacto positivo nas relações interpessoais – que continuam, no entanto, a ser afetadas devido ao distanciamento e medidas impostas.



Coordenação das intervenções e colaboração

Nas primeiras fases da emergência, o nível de coordenação dos diferentes atores que estavam a desempenhar atividades de prevenção e sensibilização em todo o território nacional foi heterogéneo, **com 48% das localidades que afirmam ter havido coordenação e 47% que não**. Este dado pode explicar-se com a falta de diretrizes centrais sobre a gestão e coordenação da emergência ao nível nacional e regional, fazendo com que em cada localidade as organizações e as autoridades presentes giram a situação de forma diferente e independente. Neste sentido, é importante envolver também as lideranças tradicionais nas estratégias conjuntas, pois em muitas localidades são elas quem está a direcionar as ações.

Os dados referidos à colaboração nessa primeira fase da emergência são melhores, subindo até **60% de respostas positivas quando falamos da colaboração entre atores estatais e organizações**. Isto pode explicar-se com o nível de autonomia deixado às administrações locais na gestão da emergência: na ausência de diretrizes centrais, as autoridades locais parecem ter começado a organizar-se autonomamente, colaborando com as organizações já ativas no território regional.



Se, com o primeiro aligeiramento das medidas, os dados referidos à coordenação das intervenções parecem subir significativamente (66%), os da colaboração com os atores estatais ficam estáveis mostrando apenas um leve incremento (66%). O aumento em ambos os casos pode-se explicar com a progressiva e maior organização da resposta à pandemia, seja do lado das instituições seja do das OSCs e ONGs envolvidas.

Ao inquirir sobre o que podia ser feito, na fase de emergência, para facilitar o trabalho das ONGs e OSCs no terreno, a maioria das recomendações recaem sobre o **fornecimento de materiais de sensibilização e prevenção** (64%) e sobre a **facilitação da logística** (28%) para os operadores, as organizações e os indivíduos que estão a desenvolver trabalhos de prevenção e sensibilização. Em particular, aponta-se a falta de crachás de identificação e de megafones para poder levar a cabo as atividades, de materiais de prevenção como luvas, máscaras e lixívia, seja para os próprios operadores seja para distribuição à população, mas também a necessidade de bens alimentares para assistência aos cidadãos mais carenciados. Quanto à logística, o problema principal é a falta de meios de transporte para as pessoas que estão a levar a cabo atividades nas localidades e que, portanto, não podem cobrir todas as áreas do país. Foi mencionada também a necessidade de **apoio financeiro** (17%) sobretudo para os grupos de cidadãos que estão a mobilizar-se de forma independente e o **reforço da coordenação** entre os intervenientes (11%).

Estas necessidades são fortemente confirmadas também após o aligeirar das medidas de prevenção, com 100% dos inquiridos que apontam para o fornecimento de materiais de sensibilização e prevenção (sobretudo de máscaras, que se tornaram obrigatórias) e 97% para o apoio logístico e financeiro a fim de suportar as diferentes organizações e entidades que estão a contribuir no combate a pandemia. Além disso, a necessidade de reforçar a coordenação dos intervenientes continua a ser mencionada por 10% dos entrevistados.

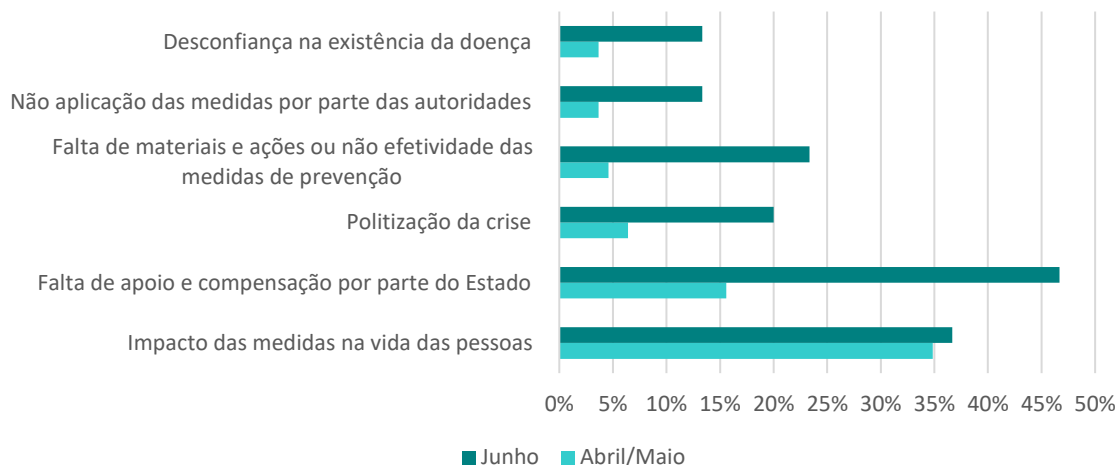


Impacto das medidas de prevenção e a relação entre população e autoridades

Como referido acima, na primeira fase da emergência, a aplicação das medidas de prevenção implementadas pelo Estado foi apontada como o elemento que mais condicionava a vida das pessoas e as medidas foram, por isso, objeto de críticas por parte da população: 51% dos pontos-focais relata que havia algumas críticas, 24% que havia muitas e só 24% diz que não havia críticas. Esta posição muda consideravelmente com o primeiro aligeiramento das medidas do dia 26 de Maio: as medidas continuam a ser criticadas por 67% das pessoas mas só 13% afirma haver muitas críticas, revelando o progressivo suavizar das críticas nesta direção.

Na primeira fase da emergência, as críticas relatadas são baseadas principalmente no **impacto negativo que as medidas tinham na vida das pessoas** (35%), sendo as limitações impostas um grande obstáculo ao desenvolvimento das atividades que estão na base da economia das famílias guineenses. Com o aligeiramento das medidas, a principal crítica refere-se à **falta de apoio por parte do Estado**, que não instituiu mecanismos de compensação para as perdas, nem organizou iniciativas para suprir a escassez de alimentos e de bens de primeira necessidade. Com o aligeiramento das medidas de prevenção, este elemento torna-se central e passa de ser mencionado por 16% para 47% dos entrevistados. A falta de apoio do Estado às comunidades na gestão da pandemia e das suas consequências económicas em uma momento chave como o da campanha de caju é considerada como insuficiente. Isto é confirmado também pela percentagem dos que apontam para a **politização da crise**, que sobem de 6% para 20%, com muitas pessoas a acreditar que a pandemia é uma invenção do Estado para ganhar fundos e até 20% dos entrevistados que afirmam que na comunidade desconfiam da existência da doença. Da mesma forma, sobem as percentagens dos que apontam para a **falta de materiais e ações de prevenção e a não efetividade das medidas de prevenção** (de 5% para 23%), sendo que houve um aumento exponencial no número de casos apesar das medidas de prevenção e que, após se ter instituído a obrigatoriedade das máscaras, nunca houve distribuições nas comunidades, prejudicando assim a população que não tem acesso a estes equipamentos de prevenção e proteção.

Em que se baseiam as críticas? Quais são as principais queixas/reclamações da população?



Entre os problemas que surgiram em **consequência das medidas**, destacam-se a escassez de alguns bens de primeira necessidade e o aumento dos preços, que são relatados na quase totalidade das comunidades. Há relatos também de dificuldade de vender produtos e de desordens ligadas à compra e venda entre comerciantes e consumidores.

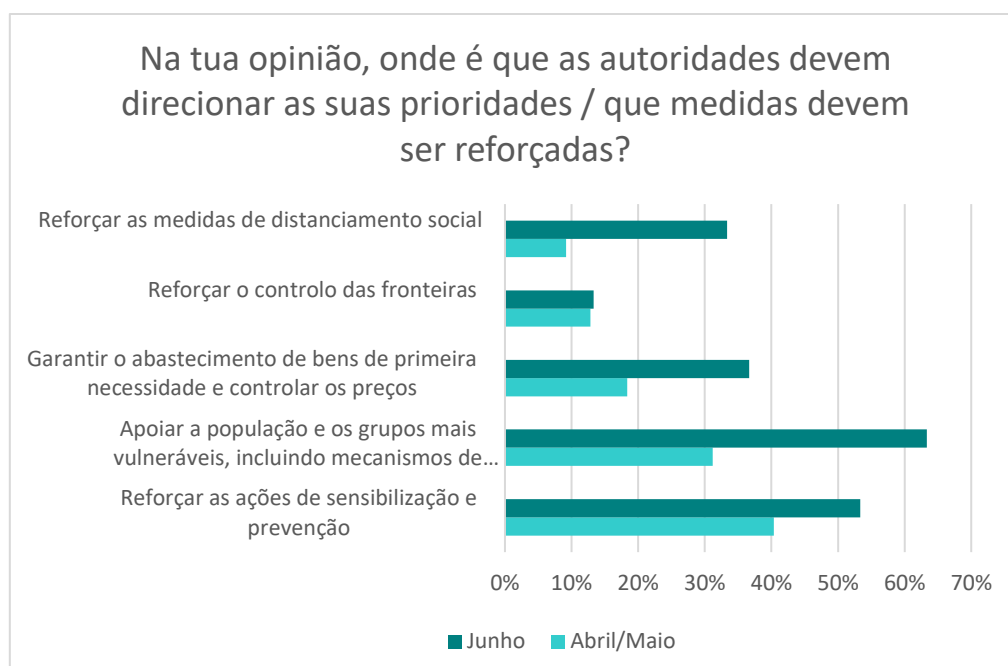
Num número limitado de casos, as medidas e sua aplicação levaram ao surgir de **conflitos**. Na primeira fase da emergência, foram identificados 19 conflitos que têm como causa problemas **ligados à circulação**, ao desenvolvimento de **atividades comerciais fora dos horários/lugares definidos** e ao **impedimento das atividades de lazer**. A maioria das pessoas envolvidas são jovens (11) ou mulheres vendedoras (6) e quase dois terços dos conflitos desenvolveram-se de forma violenta ou muito violenta. Após o aligeiramento das medidas, foram relatados 4 conflitos, todos envolvendo jovens e ligados ao respeito das medidas (transporte, utilização das máscaras e horário do recolher obrigatório).

Em termos da aplicação das medidas, além das críticas e dos problemas que resultaram, a maioria dos pontos-focais (75%) relata que na primeira fase da emergência, **as medidas foram aplicadas e respeitadas** por parte da população. O dado recolhido em junho apresenta-se ligeiramente abaixo, com 66% dos pontos focais entrevistados que confirma o respeito e aplicação das medidas. No geral, onde não houve respeito das medidas, isso parece advir principalmente das dúvidas sobre a existência da doença.

Ao ser inquiridos quanto a **recomendações sobre quais medidas deveriam ser reforçadas**, os pontos-focais apontam as seguintes necessidades, ordenadas segundo a prioridade:

1. O **apoio à população**, e nomeadamente aos grupos mais vulneráveis, e a **implementação de mecanismos de compensação** para a população, o que se alinha com o que foi evidenciado anteriormente.
2. O **reforço das ações de sensibilização e prevenção** através do fornecimento de meios materiais aos operadores que estão a trabalhar no terreno (sobretudo

- máscaras pois são obrigatórias) e através da extensão da cobertura geográfica das atividades já em curso.
3. O **abastecimento de produtos alimentares** e de primeira necessidade – incluindo o abastecimento de água – em todos os setores do país e o desenvolvimento de **medidas para a contenção dos preços**, que afeta enormemente a população.
 4. O **reforço das medidas de distanciamento social** e orientação e apoio à população em cumprir com tais medidas, sobretudo nos momentos mais delicados (cerimónias tradicionais e religiosas) da vida de comunidade.
 5. O **maior controlo das fronteiras** e a dotação de **melhor equipamento para o pessoal** responsável pelo controlo.



As decisões institucionais tomadas até agora podem impactar também a confiança nas instituições, pois 59% dos pontos-focais relatam que **há problemas de desconfiança entre a população e as autoridades** que trabalham no combate ao Covid-19. Esta percentagem baixa até 50% após o aligeiramento das medidas, mas mantém-se significativa quanto à justificação dada para esta desconfiança. A principal razão apontada refere-se à perspetiva de que a pandemia é uma estratégia do governo para angariar apoio financeiro internacional: **as pessoas não acreditam na doença**. Muitos, principalmente jovens, politizam a situação indicando como prova a inexistência do apoio à população por parte do Estado, que recebe materiais para a gestão da emergência, mas não redistribui ao nível da população.

“Há um descaso do Estado com as populações do interior do país, os apoios concentram-se mais em Bissau, as populações do interior não possuem materiais de prevenção contra o COVID; e devido à situação de fraca campanha de castanha de cajú, corre-se o risco de a população passar fome”

A desconfiança pode também ligar-se à falta de um **diálogo organizado entre população e as autoridades** sendo a **situação no país muito heterogénea**: em cerca do 50% das comunidades é relatada a existência de mecanismos de diálogo e em cerca de 40% a sua ausência – o que se alinha com os dados supracitados sobre a variação em termos de colaboração com as autoridades estatais. Os mecanismos de diálogo

relatados são principalmente mecanismos de coordenação entre diferentes instituições, autoridades locais e organizações, que participam em reuniões semanais.

Se até o final do mês de maio as medidas de prevenção definidas pelo governo eram identificadas como o principal obstáculo na vida das pessoas, com o seu aligeiramento as consequências económicas da crise sanitária são o que mais afeta a população. Nesta situação, a população olha para as instituições estatais na procura de apoio e orientação na gestão da crise, e o facto de receber uma resposta que não é considerada adequada gera insatisfação e desconfiança nas instituições.

A fim de evitar possíveis degenerações, seria aconselhável favorecer espaços de diálogo entre autoridades e cidadãos sobre as necessidades e as possíveis soluções da crise em curso. Na mesma perspetiva, seria importante envolver as autoridades locais na concertação e implementação das atividades de sensibilização, seja para favorecer a coordenação no território, seja para estimular a proatividades dos órgãos regionais, que se ativaram na gestão da emergência, e aproximá-los da sua população.